

**Artigo****Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão****Encounters with practice: instruction to a double as a device for transforming teaching in the prison****Deivis Perez*¹, Ruchelli Stanzani Ercolano*²**

*Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis-SP, Brasil

Resumo

Este artigo apresenta uma contribuição da psicologia social para o trabalho docente no campo da educação escolar realizada em estabelecimentos penitenciários, especificamente por intermédio da propositura de aplicação do dispositivo metodológico denominado instrução ao sócia (IS), contextualizado para a laboralidade de professores que atuam em prisões no Brasil. O dispositivo que referimos foi desenvolvido por Ivar Oddone, no quadro do Movimento Operário Italiano, e apropriado pelos pesquisadores da Clínica da Atividade, liderados por Yves Clot. A metodização ora assinalada concebe a IS no bojo dos referenciais marxianos e engelsianos e a delinea como um instrumento dedicado a ensinar as movimentações dialéticas de um grupo ou equipe de laboradores, que tomam a si mesmos e ao seu trabalho como objetos de coanálise e ação, contemplando a construção e execução de planos de aperfeiçoamento e transformação do trabalho subsidiados pela investigação e produção de saberes acerca das múltiplas dimensões que compõem a sua atividade profissional, tais como os gestos ocupacionais, afetos, contradições, conflitos, relações sociais, prescrições institucionais e do *métier*, padecimentos, cenários sociopolítico, econômico e cultural do labor, bem como dos aspectos concretos e simbólicos constituintes da arbitrária rotina funcional vivenciada. Em suma, a instrução ao sócia possibilita, por intermédio das atividades concreta, dialógica e reflexiva ampliar o poder de agir dos professores e ainda revitalizar o gênero profissional.

Abstract

This article presents a social psychology's contribution to the teaching work concerning school education inside the prisons, specifically through the proposal to apply the methodological device called instruction to a double, contextualized of the teachers' labor who working in prisons in Brazil. The device we refer to was developed by Ivar Oddone into context of the Italian Workers' Movement and it was appropriated by researchers from Clinical Activity, by Yves Clot and his collaborators. The aforementioned methodization conceives the instruction to a double within the marxian and engelsian's references context and outlines as an instrument dedicated to giving

¹Professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP, câmpus de Assis, Doutor em Psicologia pela PUC-SP, líder do grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica Cultural. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1316-0284>

E-mail: prof.deivisperez2@hotmail.com

² Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP, câmpus de Assis, integrante do grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica Cultural. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6268-3247> E-mail: ruchelliercolano@gmail.com

rise to the dialectical movements of a group or team of workers, who take themselves and their work as objects of analysis and action, contemplating the construction and execution of work's improvement and transformation plans subsidized by the investigation and production of knowledge about the multiple dimensions that make up their professional activity, such as occupational actions and gestures, affections, contradictions, social relations, institutional and metier prescriptions, sufferings, social and political, economic and cultural work's scenarios, as well as the concrete and symbolic aspects that make up the arbitrary functional routine experienced. In short, double instruction makes it possible for the dialogical and reflective activity to expand the teachers' power of action and also to revitalize the professional genre.

Palavras-chave: Trabalho docente em equipe, Educação na prisão, Psicologia e educação, Método dialético.

Keywords: Group teaching work, Education in prison, Psychology and education, Dialect method.

1. Introdução

Este texto registra uma contribuição da psicologia social para o trabalho docente no campo da educação escolar realizada com pessoas aprisionadas em estabelecimentos penitenciários, especificamente por intermédio de uma propositura da aplicação do dispositivo metodológico denominado instrução ao sócia (IS), contextualizado para o labor de professores que atuam em prisões no Brasil. O ordenamento de uma interpretação e sistematização da utilização da IS direcionada para o segmento profissional referido deu-se em razão do seu potencial para ensejar o engajamento de profissionais em processos dialógicos voltados para o exame e transformação da laboralidade pelos próprios trabalhadores, enfatizando a necessidade continuada de (re)apropriação e (re)configuração do trabalho pelo coletivo de profissionais. É importante salientar que a adequação da IS para o cenário trabalhista docente em penitenciárias do nosso país somente foi possível considerando a análise colaborativa (doravante, coanálise) do trabalho educativo que foi experimentada num ambiente prisional do Estado de São Paulo e realizada conjuntamente por um grupo de professores e uma pesquisadora. Este processo de examinação em parceria da atividade docente em penitenciária teve os seus resultados registrados numa dissertação de mestrado, realizada por Ercolano (2019) no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objeto daquela investigação foi conhecer os aspectos semióticos e concretos constitutivos do trabalho de professores que atuam em prisões e o instrumento metodológico aplicado para a recolha dos dados foi a IS. Naquela ocasião, foi possível à pesquisadora apropriar a IS no marco do materialismo histórico dialético e observar que o dispositivo apoiou de maneira peremptória a edificação, registro e decifração de saberes sobre os quefazeres educativos em prisões dos docentes voluntários da pesquisa, o que, simultaneamente, sinalizou para a necessidade de difundir a instrução ao sócia e, criou as condições teóricas e técnicas para a sua metodização.

Cumprir notar que a IS a qual referimos é aquela que foi desenvolvida originalmente por Ivar Oddone, no quadro do Movimento Operário Italiano, em

processos analíticos e de modificações das condições de um ofício, conduzidos por um analista do trabalho, em parceria com equipes de trabalhadores da indústria automobilística italiana da década de 1970. O intento de Oddone e colaboradores era extrapolar os prescritos correntes e triviais sobre uma determinada atividade ocupacional, acrescentando e evidenciando na sua apreciação os conhecimentos, fazeres, experiências e julgamentos qualitativos dos trabalhadores, distinguidos e legitimados como analistas e autores de saberes acerca do próprio ofício, capazes de protagonizar as possíveis transmutações deste.

A contar de meados dos anos 1990, este dispositivo foi gradualmente apropriado e utilizado pelos investigadores da Clínica da Atividade, notadamente, aqueles liderados por Yves Clot no *Conservatoire National de Arts e Metiers* de Paris (CNAM), os quais foram inspirados pela perspectiva Sócio Histórica Cultural de Lev Vigotski. De acordo com o teórico russo, a psicologia e os seus estudiosos deveriam criar estratégias metodológicas eficientes para ir além dos métodos diretos de afluir o psiquismo e, sobretudo, elaborar dispositivos portadores de recursos úteis para gerar o acesso às dimensões subjetivas e não observáveis da experiência humana e, além do mais, preparados para estimular a aprendizagem e apropriação dos conhecimentos socialmente construídos, o desenvolvimento individual e coletivo e a transformação do real protagonizada pelas pessoas. Nesse sentido, a IS é tomada na Clínica da Atividade como método indireto de acesso ao psiquismo humano que intenciona assistir um coletivo de labutadores, mediados por um analista do trabalho, no (re)conhecimento, examinação e produção de saberes sobre as suas ocupações profissionais, estimulando a reflexividade individual e coletiva, a ampliação da potência de ação e o engajamento em atividades colaborativas dedicadas a metamorfosear a atividade laboral.

A metodização ora assinalada concebe a IS no bojo dos referenciais do materialismo marxiano e engelsiano e, portanto, a delinea como um instrumento dialético dedicado a incitar e encorajar as movimentações de um grupo ou equipe de laboradores, que toma a si mesmo e ao seu trabalho como objetos de análise e ação, contemplando a construção e execução de planos de aperfeiçoamento e transformação do labor subsidiados pela investigação e produção de saberes acerca das múltiplas dimensões que compõem a sua atividade profissional, tais como: as ações e gestos ocupacionais, afetos, antinomias, relações sociais, prescrições institucionais e do *métier*, padecimentos, cenários sociopolítico, econômico e cultural do trabalho, bem como abarca os aspectos concretos e simbólicos constituintes da arbitrária rotina funcional experienciada. Engendrar a IS como ferramenta que atualiza a dialética marxiana é relevante na medida em que esta é percebida como recurso racional, sistemático e minucioso capaz de ensejar tanto o entendimento do real, seus enredamentos, suas múltiplas determinações e contradições, quanto a ação humana crítica e inovante. Ainda, cabe realçar que nesta leitura da IS, não se pretende apenas que a pessoa que atua na condição de analista do trabalho execute o dispositivo, mas que garanta a instalação de um regime dialógico orientado à sua apropriação pelos trabalhadores, de maneira que eles experimentem a IS e incorporem os múltiplos procedimentos e movimentos que ela reúne em práticas rotineiras

dedicadas a conhecer e aprimorar as suas atividades. Este analista, mediador da aplicação da IS, pode ser um psicólogo, formador de professores, coordenador pedagógico ou par experimentado no uso do dispositivo. Isto posto, de agora em diante, para referir a este analista será adotada a nomenclatura *mediador*.

É possível resumir a anotação prototípica da IS feita aqui apontando que: a) um mediador e grupo de professores que atua em prisão principia pela análise contextual do trabalho, contemplando as suas dimensões concretas e simbólicas, socioeconômicas, políticas e culturais; b) segue a descrição das rotinas laborais pelo professor, registrada em áudio, sob a orientação de que deve supor que o mediador é um sócia e que assumirá as suas atividades no dia seguinte e, desta maneira, deve obter relatos minuciosos sobre a execução do trabalho. É necessário que o procedimento seja realizado com ao menos dois professores, cujas narrativas têm de ser coletadas separadamente. Ao mediador cabe infligir resistência aos relatos e indicações do trabalhadores, fazendo incidir sobre eles minuciosos questionamentos orientados para o estímulo constante à indagação e ao pensamento detido acerca das suas tarefas, procedimentos e hábitos usuais; c) a exposição oral é transcrita, coanalizada e decodificada conjuntamente pelos docentes e pelo mediador; d) os saberes sistematizados sobre a laboralidade na etapa anterior subsidiarão as reuniões em que se instalará o exame coletivo do trabalho com vistas à ulterior elaboração e necessária execução de aprimoramentos e transformações de aspectos identificados e designados pelos docentes como dimensões ou matérias de modificações. É conveniente observar que a presente anotação pressupõe que as hipotéticas apropriações e utilizações da IS por outros mediadores, pesquisadores e trabalhadores, em contextos distintos daqueles encontrados no sistema penitenciário paulista, nos quais foi desenvolvida a investigação que inspirou esta metodização, deverão ser conduzidas respeitando as adequadas aproximações sucessivas ao local e aos cenários em que o uso ulterior do dispositivo ocorrerá.

O texto está dividido em três seções reciprocamente complementares, além desta introdução, das considerações finais e das referências, a saber:

a) Educação escolar, psicologia social e prisões na modernidade capitalista brasileira, em que é delineado o quadro sociocultural, político e econômico que condiciona a produção de saberes teórico-metodológicos e as práticas nas esferas da educação escolar, da psicologia social e dos estabelecimentos prisionais.

b) Educação nas prisões – tópico dedicado à exposição de uma interpretação do campo educativo e do trabalho docente em prisão.

c) A IS como instrumento para a transmutação do trabalho docente – seção designada para expor a metodização deste dispositivo dialético.

2. Educação escolar, psicologia social e prisões situadas na modernidade capitalista brasileira

Os esforços para delimitar a educação escolar, a psicologia social e para garantir um entendimento informado acerca das prisões em nossa sociedade, como áreas de trabalho, das práticas sociais, campos de investigações e construção de conhecimentos científicos, exigem uma

consentânea explicitação e esquadramento dos cenários que criaram as condições para a configuração de cada um destes campos e nos quais eles estão localizados no presente momento, encerrando as dimensões materiais e simbólicas de (re)produção da vida e a ambiência que assegura a socialização das pessoas e grupos, bem como a organização societária política, econômica e cultural sob os preceitos do capitalismo.

Assim sendo, sustentamos que o mundo experimenta uma etapa que pode ser percebida sincronicamente como manifestação e desdobramento da nomeada modernidade capitalista ocidental, a qual teve, na visão dos povos latino-americanos, como registro fundante a invasão, investitura brutal de territórios, genocídio e subjugação dos povos locais pelos europeus a partir do século XVI. Esta interpretação encontra proximidade com a visão do filósofo argentino Enrique Dussel (1993), para quem o nascimento da modernidade se deu em 1492, ano da chegada dos europeus ao continente americano, e foi marcada pela ocultação e negação de quaisquer pessoas ou povos não-europeus, o que justificou concreta e simbolicamente a destruição das populações desconhecidas e localizadas geograficamente distantes dos exploradores provenientes da Europa.

A começar desta fase, e com ênfase crescente desde o século XVIII, paulatinamente, a modernidade se consolidou como um modo prevalecente de conceber as sociedades, tendo resultado no assentamento do capitalismo como sistema produtor de riquezas e na ascensão da burguesia como classe dominante. Para os filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels (1848/2005), a modernidade se configura como um período histórico da humanidade intrinsecamente relacionado a todas as formas políticas, econômico-produtivas, ético-morais e socioculturais engendradas pela burguesia para garantir a sua hegemonia, a expansão do capitalismo e dos seus empreendimentos. Todos os aspectos que possam ser situados e reconhecidos como atributos distintivos dos tempos modernos são associados, por Marx e Engels, ao modo de funcionamento do capitalismo e às estratégias de dominação aperfeiçoadas pela burguesia para a sua manutenção como classe dominante.

É, ainda, a partir das referências marxianas-engelsianas e daquilo que Dussel denominou *negação do outro* enquanto aspecto instituinte da modernidade, que é possível interpretar a gradual edificação, pelas instituições dedicadas a garantir a hegemonia cultural e simbólica da burguesia, de um complexo sistema de valores que permitiu a urdição mítica e a conformação de grandes contingentes populacionais a um modelo ideal e desejável de pessoa nas sociedades hodiernas, a saber: homem, branco, cristão, capitalista e originário dos Estados Unidos da América ou de um dos países do centro europeu rico. Nesta perspectiva, os desdobramentos são que o capitalismo, além de ser um sistema destinado a afiançar a acumulação de riquezas por poucos indivíduos e lançar na miséria a maioria trabalhadora, manifesta-se também como *ethos* altamente discriminatório, marcadamente machista e misógino, racista, intolerante com quaisquer manifestações religiosas que não sejam próprias do cristianismo e, ainda, afeito a toda variedade de práticas chauvinistas daqueles que se percebem como centro do capital orientadas para outros grupos ou povos. Nestas circunstâncias é que foram erigidas as bases da educação escolar, da psicologia social e das instituições prisionais que

divisamos no Brasil neste momento, as quais se mostram expressamente congruentes com o capitalismo e funcionais aos interesses da burguesia.

A psicologia social figura, no quadro supramencionado, imersa em imprecisões em seu delineamento, tal como em equívocos e problemas teóricos, metodológicos e da prática profissional. Genericamente, se caracterizou como ciência e segmento ocupacional que investiga, examina e incide sobre a interação entre pessoas e grupos. No Brasil dos anos 1970, a psicologia social acolheu concepções inspiradas em estudiosos estadunidenses com pronunciadas inspirações positivistas e centradas no controle, manipulação e ensejo à adaptação de indivíduos ao contexto estabelecido da sociedade. A despeito disso, já em fins daquela década e início dos anos 1980, pessoas dedicadas à pesquisa e ao trabalho no campo passaram a atuar na construção de uma psicologia social crítica, eclética teórico-metodologicamente, mas fundamentalmente direcionada para as temáticas importantes para a população brasileira e implicada tanto com o fim da ditadura civil-militar quanto com a edificação de um país democrático, igualitário e justo (LANE; BOCK, 2003), abordagem esta que se mantém válida até os correntes dias.

Neste ínterim, elevou-se uma psicologia social crítica de inspiração marxiana, a qual tem colaborado com a apreensão de fenômenos sociais pelos trabalhadores, considerando a sua historicidade e a materialidade do real, de modo a desvelar as determinações sociais, as relações de exploração e dominação das populações no intuito de criar as circunstâncias para infundir os processos de conscientização das classes trabalhadoras e sua desvinculação dos poderes hegemônicos, uma vez que esta vertente é norteada pelo compromisso social, implicada com as demandas populares e com a transformação social. Isto porque, esta perspectiva da psicologia social postula a indissociabilidade entre sociedade e indivíduo, conforme a dialética, em que o particular contém o universal, logo, no bojo deste panorama teórico, é impossível tratar da educação nas prisões sem compreender a sociedade na qual ela está inserida e as influências que ela exerce, entendendo, ainda, que sujeito/singular e a sociedade/total estão em incessante movimento histórico, levando em conta as possibilidades iminentes de transformação (ALMEIDA, 2012; FERREIRA, 2010)

Por sua vez, a educação escolar contemporânea fortaleceu-se e ganhou os seus contornos fundamentais no bojo da modernidade capitalista. Em síntese, foi a partir dos constructos de autores como Martinho Lutero, Wolfgang Ratke, João Amos Comenius e Jean Jacques Rousseau, conciliados com o nascente projeto capitalista, que emergiram alguns dos aspectos caracterizadores da educação formal ou escolar, tais como: 1) obrigatoriedade do ensino; 2) produção e difusão dos livros e materiais didáticos; 3) compulsoriedade da frequência das crianças à escola; 4) educação universal, com conteúdos, temas e métodos que permitissem a todos aprender os saberes necessários para o desenvolvimento pessoal e da vida em sociedade; 5) elaboração e desenvolvimento de métodos e estratégias de ensino que favorecessem a aprendizagem; 6) ênfase no ensino de saberes científicos.

As características suprarreferidas da educação moderna expressam as promessas sociais transformadoras, relativamente ao mundo medieval, feitas pela burguesia ao conjunto das classes sociais. Notadamente, buscava-se

sinalizar para o final do caráter restrito e religioso do campo educativo e asseverar que a burguesia seria capaz edificar uma escola hipoteticamente capaz de garantir a universalidade do acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade. A despeito disso, esta mesma educação escolar, Marx notou que com efeito participou do processo de transformação societária, foi extensivamente condicionada pelos interesses classistas da burguesia (KONDER, 2006), a qual busca, permanentemente, utilizar a escola como ambiência privilegiada para garantir a difusão de saberes e formas simbólicas orientadas para a idealização do modelo de vida burguês e para (re)produzir perspectivas dedicadas a favorecer a formação de consensos sobre a pertinência e validade para todo o tecido social do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, asseverar a naturalização da existência da propriedade privada burguesa.

No tocante a orientação penitenciária moderna e ao aprisionamento como estratégia preferencial de punição das pessoas originárias dos segmentos empobrecidos da população, convém assinalar que Marx e Engels (1848/2005) identificaram as suas origens na histórica opressão sofrida pelos grupos subordinados resultante da luta de classes existente nas sociedades dominadas pela burguesia, que são marcadas por profundas desigualdades financeiras e que garantem apanágios e regalias aos capitalistas, mas negam as condições básicas à sobrevivência para grandes contingentes populacionais (MARX; ENGELS, 1848/2005). Nesta abordagem, a desigualdade social tem a sua origem na propriedade privada burguesa, tomada como prerrogativa individual elementar da sociedade (MARX, 1842/2017), que prevalece em relação ao direito à existência digna e até mesmo à preservação da vida. É nesta conjuntura que se revela a necessidade burguesa de caucionar a feitura de formas jurídicas e coercivas estatais eficientes para afiançar a marginalização e a criminalização das pessoas empobrecidas (ERCOLANO, 2019). Nos escritos publicados no ano de 1842, reunidos no Brasil na obra *Os despossuídos*, Marx apontou que, nas sociedades capitalistas, há nexos causais entre a limitação da liberdade dos pobres, trabalhadores e subalternizados e o alargamento dos direitos dos proprietários e das pessoas com posses. Analisando o caso da incriminação dos pobres na Renânia, atualmente região da Alemanha, o filósofo registrou que os sem posses não podiam sequer caminhar numa propriedade privada sem a autorização do seu dono, sendo interditas e tornadas ilegais ações das pessoas pauperizadas, antes consagradas pela interpretação consuetudinária, como a colheita do fruto de uma árvore para saciar a fome e a recolha de gravetos desprendidos das árvores e encontrados no solo para queimar e aquecer o corpo, condutas tornadas furto de propriedade privada pela jurisdição contenciosa da época (MARX, 1842/2017).

Diante disso, Marx e Engels denunciaram o estado moderno capitalista como “[...] um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1848/2005, p. 42). Por conseguinte, elucidaram que são valências da própria burguesia e do modo capitalista de produção o estado e suas conformações, como o direito e as formas jurídicas, as políticas públicas de repressão, opressão e coerção. À vista disso, as leis que ordenam as ações e os comportamentos tidos como criminosos servem à perpetuação da dominação da classe burguesa. Nesse cenário, a prisão e as práticas

penitenciárias se apresentam como as ambiências próprias para penalizar, reprimir, admoestar e impor sacrifícios aos desajustados da ordem capitalista burguesa, bem como para aqueles que oferecem qualquer modalidade de risco, perturbação ou ameaça à propriedade privada, transformando, nessa lógica, os pobres, os despossuídos, os fracassados e os desadaptados socialmente em criminosos, marginais e perigosos (ERCOLANO, 2019) e, logo, alvos preferenciais do sistema judiciário e hóspedes prepostos das prisões.

O intrincado panorama da modernidade capitalista se evidencia como particularmente complexo no Brasil contemporâneo, no qual a sociedade em geral e os pauperizados em especial se deparam com o desafio de enfrentar a ascensão ao poder de Jair Bolsonaro, líder do que nominamos *fascismo brasileiro*, que atende em grande parte uma definição *stricto sensu* desta tendência do capitalismo, mas também tem revelado algumas características peculiares. Cumpre notar que por fascismo compreende-se o movimento que favorece a radicalização dos processos de exploração dos trabalhadores e acumulação de riquezas pelos capitalistas, que recorre a um forte conteúdo social conservador:

[...] que se disfarça sob uma máscara 'modernizadora', guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário [...] (KONDER, 1977/2009, p. 56).

Alguns aspectos distintivos do fascismo brasileiro bolsonarista são: sintonia com o liberalismo econômico e apoio à sua intensificação acompanhado do enfraquecimento do Estado; chauvinismo seletivo direcionado aos povos latino-americanos, chineses e africanos associado a um servilismo prazenteiro em relação às grandes potências capitalistas; atuação enérgica dirigida à redução da relevância brasileira nos planos político e econômico internacionais.

Diante da conjuntura aludida, é impreterível que a educação e a psicologia social expressem compromisso com a classe trabalhadora e com a multidão de empobrecidos por meio da mobilização de um arcabouço teórico, metodológico e prático capaz de concretizar o engajamento com a conscientização dos trabalhadores e dos despossuídos em atividades profissionais e acadêmicas dedicadas à formação coletiva de pessoas das classes trabalhadoras para a compreensão, enfrentamento e superação das mazelas do capitalismo e dos seus traços discriminatórios intrínsecos (machismo, racismo, intolerância, chauvinismo) contrários à alteridade, os quais foram incrementados em nosso país pela configuração política fascista vigente.

A tangibilidade deste comprometimento inicia pela delimitação tanto do campo educativo escolar, quanto da psicologia social como práxis sociais que assumem como finalidade a transmutação societária no sentido da superação do capitalismo e das suas formas, a libertação da classe trabalhadora (incluídos os empobrecidos e despossuídos) e a construção de uma sociedade igualitária e sem classes. Um segmento indispensável deste compromisso refere-se à atenção a ser dedicada às pessoas em situação de aprisionamento,

as quais estão submetidas a aversivas estratégias punitivas e odiantas reduções dos seus direitos civis, políticos e trabalhistas. Não é razoável negar que a prisão na modernidade é instituição que deve deixar de existir em razão da sua funcionalidade ao capitalismo e dos seus pronunciados traços classistas, racistas e misóginos. Sem embargo, não se pode desassistir a expressiva parcela dos trabalhadores que estão encarcerados e, também, aqueles que atuam profissionalmente nos estabelecimentos prisionais do país, em especial os professores, os quais estão em condições de promover processos formativos dialéticos, marcados pela politicidade, dialogicidade e voltados para o desenvolvimento dos seus alunos e alunas com vistas à construção de consciências críticas.

3. O trabalho docente em prisões

Adotamos o Materialismo Histórico Dialético e a Psicologia Sócio Histórica Cultural para compreender a representatividade da atividade docente no cenário social contemporâneo, de modo a considerar o trabalho do professor como aquele que se dedica à formação humana, por meio da mediação da apropriação dos produtos sociais, artísticos, científicos, concretos e históricos humanos, a qual cria as condições para que as pessoas participem e se movimentem pela sociedade e garante o apossamento crítico dos traços e heranças socioculturais. Dessa maneira, a educação desempenha papel central na constituição dos sujeitos como humanos e na formação de indivíduos singulares na diversidade societária (SAVIANI; DUARTE, 2012).

Especificamente, a docência desenvolvida no meio carcerário é balizada por referenciais e prescrições institucionais oriundos tanto da tradição escolar quanto das práticas prisionais, o que conduz os professores a desafios e dificuldades *sui generis*. É preciso assentir que a escola se assemelha em sua estrutura física e em seu funcionamento às prisões, devido aos seus atributos institucionais totais, conforme preconizado por Goffman (1961/1974), tendo rotina subordinada a rígido controle temporal, diretrizes e especificações de condutas esperadas, princípios e métodos arbitrários estabelecidos para asseverar o seu funcionamento e que devem ser seguidos pelo corpo discente e docente, espaços físicos planejados para a vigilância e controle dos alunos (TARDIF; LESSARD, 2014). A escola inserida no sistema penitenciário possui normas disciplinares, regulamentos, estratégias orientadas para correção e para infligir punições, técnicas de controle e sujeição ainda mais rígidas, admitindo-se que penalidades e exclusões são iminentes.

Ainda, devido às severas regras de segurança institucional, o professor, cotidianamente, é recepcionado no estabelecimento prisional de forma análoga aos seus alunos, supostamente criminosos, uma vez que são transmitidas e requeridas a ele a observância e obediência às normas disciplinares e comportamentais que vão desde procedimentos especiais no relacionamento com o corpo discente, ao modo de circular no interior da instituição, alcançando até mesmo o feitio e a maneira apropriada de uso dos seus trajes. Nesse sentido, é possível afirmar que a atividade do professor em prisão é atravessada por uma somatória de dificuldades que são advindas tanto da precariedade do sistema nacional de ensino como pelas condições adversas, hostis e restritivas do sistema penitenciário e das suas regras de

vigilância e de segurança, que restringem os conteúdos educativos e as estratégias de ensino e aprendizagem (ONOFRE, 2017).

É pertinente assinalar que o ensino desenvolvido no interior da prisão não pode ser o mesmo daquele realizado nas demais escolas, primeiramente, por possuir alunos de múltiplas faixas etárias e, também, por ser consubstanciado num contexto que, por um lado impõe limitações às práticas docentes e por outro exige uma profunda compreensão da história de vida e do percurso escolar desses sujeitos com o propósito, a partir da abordagem teórica sócio histórica cultural, de fomentar outros modos de existência que reconheçam as contradições e determinações sociais e históricas, conduzindo para posicionamentos críticos e participativos por meio do engajamento em lutas e movimentos sociais e coletivos daquele que se pretende que venha a ser egresso do sistema prisional (ONOFRE, 2016; ONOFRE; MENOTTI, 2016).

Por este prisma, a educação nas prisões é compreendida como aquela fundamentada no reconhecimento do caráter permanente do processo de formação humana, se dedicando, assim, ao desenvolvimento e refinamento das potências humanas, se constituindo em uma intervenção radicalmente distinta daquelas que são próprias do sistema carcerário e que se desvinculam de qualquer possibilidade de humanização (ONOFRE, 2016). Além disso, a educação em estabelecimento prisional deve oferecer as condições para que o aluno se torne capaz de desnudar, desmistificar e desenredar a realidade no sentido de problematizar as determinações sociais, históricas e culturais com direcionamento para a libertação por meio da reflexão, mobilização, ação, criação e transformação da realidade (FREIRE, 1987).

Destarte, a prática dos professores no meio penitenciário precisa ser diferenciada e transformadora, comprometida com a humanização e a emancipação dos sujeitos, de modo a levar à conscientização e empoderamento desses indivíduos, tornando-os críticos e ativos na transmutação da própria realidade. A viabilização disso só é possível mediante ao estabelecimento de uma relação horizontal, baseada no diálogo entre alunos e professores em que se eliminem as formas de opressão e se venha romper com discursos estigmatizantes e moralizantes (SÃO PAULO, 2015-2016).

Todavia, a promoção dessa educação mais concernente com a realidade dos alunos exige apropriação, por parte dos próprios professores, dos aspectos concretos e simbólicos constituintes do seu trabalho, bem como da totalidade que envolve os cenários em que a prisão está situada. Assim, é fundamental a esses docentes a revisão, análise e reconsideração contínua de si e de seu agir profissional no sentido de rejeitar e de não reproduzir discursos e práticas hegemônicas, que somente estigmatizam e marginalizam ainda mais a população em situação de aprisionamento. É no interior deste quadro da atividade laboral de docentes em ambiente prisional, que a instrução ao sócia comparece como dispositivo metodizado em harmonia com o materialismo histórico dialético e que, se apropriada por grupos de docentes, pode contribuir na construção de movimentos dialéticos e críticos formativos, de examinação e de produção de saberes orientados para a transformação do trabalho de professores por obra de sua própria ação individual e da atividade dialógica e concreta do coletivo docente.

4. A instrução ao sócia como instrumento para a transmutação do trabalho docente

Em sintonia com o que foi aludido anteriormente, a instrução ao sócia (IS) é um dispositivo metodológico, interventivo e de coanálise da laboralidade, que foi configurado por Oddone, na década de 1970, na Itália. Especificamente neste trabalho, buscou-se realizar uma leitura marxiana da IS, identificando neste instrumento um caráter dialético, o qual coloca o trabalhador ladeado por seu coletivo em movimentação no processo aplicativo. Este entendimento do dispositivo principia nos trabalhos do Grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica Cultural, sediado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), ao qual pertencemos, em que atuamos na contextualização para a realidade brasileira de ferramentas metodológicas orientadas para fomentar o protagonismo de profissionais na (re)apropriação da sua própria atividade ocupacional (PEREZ; ERCOLANO; ROCHA, 2017; PEREZ; ERCOLANO, 2019).

É relevante salientar que Oddone tinha sólido envolvimento e harmonia com os movimentos sociais e sindicais italianos e, como psicólogo do trabalho, se dedicou a romper com o modelo científico dominante, que considerava os trabalhadores como meros recursos humanos que precisavam ser ajustados, moldados e tornados funcionais para o contexto produtivo. Inversamente a essa lógica, o psicólogo italiano reconhecia o protagonismo dos trabalhadores no meio laboral e, conseqüentemente, a importância da ativa participação deles nas técnicas e procedimentos de análise do trabalho com vistas à abordagem e interpretação ampliadas, profundas, integrais e contextualizadas das dificuldades, empecilhos e problemas no ambiente ocupacional. Por este prisma, Oddone se empenhou em sistematizar um instrumento metodológico capaz de promover o empoderamento ativo e consciente dos trabalhadores por meio da apropriação e transformação dos aspectos constituintes de seu trabalho, desde os explícitos e expressos aos mais implícitos e não conscientes, para que o coletivo de trabalhadores pudesse intervir e conduzir as modificações no campo da atividade. A gênese da instrução ao sócia, conforme aqui registrada, é o resultado dos esforços de Oddone.

Nessa acepção, uma vez formulada e concretizada de forma inédita por Oddone, a IS foi posteriormente retomada e incorporada ao cenário da Clínica da Atividade por teóricos coordenados por Clot, que atuaram na sua contextualização para a conjuntura laboral francófona. A Clínica da Atividade, apoiada no ideário *vigotskiano*, passou a apontar como eixos centrais da atuação do estudioso do mundo do trabalho a mediação e o auxílio ao trabalhador e seu coletivo nos processos de ampliação do poder de agir e de modificação da realidade laboral. Ademais, foi a partir de Vigotski (1927/1996) que foi percebida a necessidade de os dispositivos metodológicos de intervenção e mediação do real contemplarem as múltiplas e distintas dimensões do psiquismo humano, extrapolando as fronteiras da experiência direta e os limites da observação. Ainda, foi a influência *vigotskiana* que estabeleceu como basilar a criação e o aprimoramento de métodos orientados para açular a interação interpessoal e coletiva como mecanismo propício para ocasionar o desenvolvimento humano (VIGOTSKI, 1927/1996).

Complementarmente, patenteamos a IS como dispositivo metodológico de cunho dialético, materialista e histórico, tendo em vista que a sua aplicação

viabiliza o trabalhador dinamizar a si mesmo mediante o exercício reflexivo, de apreciação, conscientização, (re)construção e transformação de sua atividade no decurso de encontros individuais e coletivos para (co)análise de sua própria prática. Desse modo, apontamos para o potencial, a densidade e a proeminência ainda na atualidade dos usos da dialética por meio de instrumentos como a IS, capazes de propiciar: a) a análise concreta e simbólica da totalidade de um fenômeno em toda a sua complexidade, considerando as suas manifestações socioculturais e históricas; b) o exame e entendimento dinâmico das bases estruturais, das forças sócio-históricas e das contradições que são inerentes e que dinamizam aos fatos ou acontecimentos. Em síntese, a IS ordena e dispõe um conjunto meticuloso de procedimentos para a aproximação do existente em sua essência, expressões contextuais, movimentos e contradições no contexto do capitalismo e das lutas de classes no mundo hodierno (PEREZ; ERCOLANO, 2019). A pretensão é a de que a IS contribua de forma decretória para que o coletivo de trabalhadores seja habilitado para esquadrihar, criticar e revisar continuamente os seus processos laborais, apreendendo as suas determinações concretas, mediações externas e internas. Ainda, ao aplicar a IS em congruência com o materialismo histórico-dialético, almeja-se:

[...] ensejar a articulação entre o trabalhador e seus pares com vistas a transmutação e superação da sua realidade imediata numa movimentação racional e consciente, a qual, necessariamente deve conduzir a inauditas configurações ocupacionais e sociais de caráter revolucionário, que demandarão renovadas formas de entendimento dos originais e dos vigentes estágios de determinações, mediações e contradições do mundo do trabalho e da sociedade sob capitalismo, tendo como finalidade a elaboração de mecanismos voltados para a mobilização de pessoas atentas e dedicadas à necessidade de organização sociopolítica dos trabalhadores em direção a uma futuridade em que a superação do capitalismo seja uma possibilidade concreta. (PEREZ; ERCOLANO, 2019, p. 64)

Isto posto, compreendida e aplicada tendo em consideração a sua natureza dialética, a IS contempla: a) a unidade complexa do objeto estudado, que está em constante interação com o meio em que está inserido, sendo composto por este e atuando sobre ele; b) a fluidez deste objeto considerando-o sempre em movimento e transformação; c) a presença constante da contradição, a qual justamente viabiliza a dinâmica do objeto e compreende a sua diversidade e profundidade (PEREZ; ERCOLANO; ROCHA, 2017).

Alicerçada nesses pressupostos, a IS consiste em oportunizar circunstâncias para o assenhramento do labor pelos trabalhadores, de modo arguto, informado, consciente e vivamente participante, incluindo a apropriação das formas que ele assume sob o capitalismo e das possibilidades da sua mutação e aperfeiçoamento em favor da classe trabalhadora. Em síntese, este dispositivo se efetiva pela proposta feita ao profissional de descrever minuciosamente as ações que compõem a sua prática laboral na intenção de instruir o mediador, que assume o papel hipotético de sócia do trabalhador, para substituí-lo em seus afazeres corriqueiros. Nesse sentido, por este

dispositivo metodológico, o trabalhador se esforça por converter seu trabalho em linguagem, fazendo com que as ações repetitivas e automáticas passem pelo “crivo do pensamento”, isto é, pela tomada de consciência e pela redescoberta e reexame de seu ofício, vislumbrando os seus componentes concretos e semióticos, as suas dimensões potencializadoras e dificultadoras, tencionando a criação de aberturas de zonas de desenvolvimento, reorganização e transmutação do trabalho, do ambiente e do coletivo profissional, protagonizadas pelos próprios trabalhadores (CLOT, 2010, p. 207). Em síntese, a nossa leitura da IS é que por meio dela o trabalhador toma a si, ao seu coletivo ocupacional e ao seu trabalho como objetos de atenta investigação e circunspeção, reproduzindo por meio da ação linguageira os movimentos reais, reeditando criticamente a estruturação dinâmica e complexa do seu labor na alocução dirigida ao mediador.

No que tange à especificidade da aplicação da IS com professores que atuam em prisões em nosso país, defendemos que esta ferramenta além de proporcionar a análise do trabalho docente também contribui para a formação dialética destes profissionais. Tal assertiva se apoia numa análise que realizamos sobre investigações concluídas em Programas de Pós-Graduação brasileiros, e que foram tornadas disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Neste levantamento, foi possível identificar dezenove trabalhos acadêmicos, conclusos à maneira de teses de doutorado e dissertações de mestrado, que utilizaram a IS entre 2007 e 2013. Dentre essas investigações, verificamos que treze se debruçaram sobre a atividade do professor e tiveram como objetivos gerais compreender, interpretar e avaliar o trabalho do professor; reconhecer possíveis padrões construídos na prática docente; entender as relações entre qualificação, trabalho e políticas de formação contínua; apreender as possíveis mobilizações subjetivas desses profissionais e, apoiar a formação de professores e de coletivo de trabalhadores (ERCOLANO; PEREZ, 2015). O aspecto comum notado nos estudos com professores em que foi utilizada a IS na recolha de dados de campo foi que, invariavelmente, o dispositivo teve realçada, por estudiosos e docentes, a sua capacidade de ensejar a produção de saberes e transformação do trabalho individual e/ou coletivo de professores.

Ademais, em experiência investigativa recente do Grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica Cultural, que foi dedicada ao entendimento dos aspectos constituintes do trabalho do professor na prisão por meio da utilização da IS, Ercolano (2019) observou que o processo aplicativo do dispositivo junto a professores voluntários foi compreendido pelos trabalhadores como oportunidade profícua para a reflexão e compartilhamento de experiências sobre o labor, bem como para o estabelecimento de dialogia coletiva que resultou na emergência e sistematização de conhecimentos sobre as suas práticas ocupacionais. De acordo com os professores participantes do estudo de Ercolano, essa oportunidade reflexiva e formativa, ocasionada pelo uso da IS, é inabitual ou inexistente, em meio a rotina exaustiva e densa vivenciada e devido ao desprestígio do trabalho docente que, muito provavelmente, conduziu à redução do protagonismo destes profissionais na busca por aprimoramento do seus próprios fazeres (ERCOLANO, 2019).

Por meio da execução da IS, na investigação mencionada, os professores tiveram a possibilidade de revisitar e se confrontar com a sua atividade de diferentes formas: languageira, ao descrever sua prática; escrita, pelo registro gráfico da sessão em que o professor voluntário instrui o mediador (sócia); e interacional, pelo encontro e discussão com os pares de trabalho. Assim sendo, o desenrolar das fases procedimentais da IS permitiu que os professores visualizassem outras possibilidades de agir em seu trabalho, socializassem saberes e experiências, repensassem e reorganizassem a sua atividade de modo a retocarem os estilos pessoais e revitalizarem o gênero profissional (ERCOLANO, 2019).

Enfim, a experiência científica supracitada legou, no que concerne ao panorama procedimental da IS, que é imperioso contar com um aporte teórico, técnico e empírico que fundamente consistentemente a sua aplicação e, também, que é necessário entrever ajustes nas aplicações do instrumento considerando a realidade particular observada em cada situação e coletivo ocupacional. Considerando o exposto, é que apresentamos o segmento textual abaixo, que traz as fases procedimentais da IS, as quais foram apropriadas para a análise e formação do trabalho docente em prisões, contextualizadas e (re)formuladas para o cenário brasileiro a partir da experiência com professores que atuavam em penitenciária paulista, e inspiradas em Clot (2000, 2010), Fonseca (2008), Tomás (2010), Perez e Messias (2013), Batista e Rabelo (2013), Perez e Ercolano (2019) e Ercolano (2019).

Fase 1 – Documentos prescritivos e contexto sociointeracional de trabalho. A primeira fase da IS tem como finalidade assegurar as aproximações sucessivas dos professores que lecionam em presídios e do mediador da IS aos contextos cultural, político e socioeconômico ampliados e, também, visualizar nestes cenários a realidade laboral particular do corpo funcional concreto que fará a utilização da IS.

Esta etapa principia com movimentos do mediador direcionados a estabelecer um conhecimento profundo do contexto sociointeracional de trabalho dos docentes, recorrendo à identificação e exame dos documentos prescritivos da atividade destes profissionais. Ainda, são realizados levantamentos do histórico de produção desses documentos e quais os usos feitos pelos trabalhadores. O mediador deve conviver com os docentes pretendendo construir uma compreensão profunda da rotina de trabalho, que o capacite para contribuir efetivamente no processo coanalítico.

Adiante, são organizadas reuniões com o coletivo de professores e mediador, orientadas para a execução de investigações, estudos e aprendizagens pelo grupo de participantes a respeito da modernidade capitalista e seus nexos com o trabalho de professores em prisões. Nesta fase, ocorre um esforço intencional de acesso e apropriação de saberes críticos sobre as sociedades capitalistas, as explorações e luta entre classes, a histórica e manente criminalização dos setores empobrecidos do corpo social, bem como as suas articulações com o quadro institucional e sociointeracional específico do trabalho dos professores. Recomenda-se o seguinte percurso basilar, o qual pode ser incrementado de acordo com a realidade de cada coletivo ocupacional que se disponha a aplicar a IS: a) características da modernidade capitalista burguesa, a criminalização dos pobres e as funções societárias do penitenciarismo; b) lutas de classes e aprisionamento de

trabalhadores como estratégia de controle do social; c) o sistema prisional e a educação nas prisões contemporâneas brasileiras desde o âmbito nacional, passando pela dimensão estadual até o exame da unidade prisional em que atuam os professores integrantes do processo de utilização da IS; d) o histórico da educação na penitenciária local e as influências da instituição de ensino a que se está vinculado (escola, sistema educacional federal, estadual ou municipal, etc.).

Nesta fase é preciso, coletivamente, recolher e explorar textos de filosofia, história, economia política, entre outras áreas, com ativa participação do mediador, possível par experiente no tocante ao acesso e conhecimento da modernidade capitalista. Em seguida, é feita a identificação, exame, discussão e decifração crítica de textos e materiais relativos à atividade educativa escolar em ambiente prisional, a fim de vislumbrarem aquilo que foi produzido teórica e documentalmente sobre a concretude e realidade dessa modalidade de prática educativa.

Fase 2 – Identificação do professor voluntário e orientações sobre a IS. Neste movimento, são selecionados dois ou mais voluntários do grupo de professores que atuam na prisão, que participarão diretamente das sessões específicas de IS para posterior socialização dessa experiência com os demais pares. Antecipadamente, todo o grupo é amplamente informado acerca do passo a passo da IS. Identificadas as pessoas voluntárias, reafirma-se que elas devem fundamentalmente se colocar na situação hipotética de possuir um sósia, que é o mediador, o qual conduz a aplicação da IS, e que precisa ser instruído com pormenores quanto a rotina de trabalho, na medida em que substituirá no dia seguinte o professor em todas as suas ocupações, condutas e procedimentos no ambiente de trabalho. Note-se que o docente, agora tornado instrutor do sósia, é orientado a descrever cada detalhe do seu trabalho, para que o sósia seja capaz de reproduzi-lo fielmente e reeditar em cada minúcia os seus gestos ocupacionais e formas de se conduzir. Tendo feita a orientação dos voluntários, é agendado horário individual para a realização da IS.

Fase 3 – A Instrução ao Sósia propriamente dita. A partir dos estudos realizados em etapa anterior, a pessoa que conduz este processo, o mediador, prepara um roteiro de questões abertas para estimular e provocar a descrição do trabalho pelo professor voluntário, no intuito de contemplar as suas ações rotineiras, incluindo a ordem cronológica de sua atuação bem como os conselhos e recomendações sobre a totalidade da sua atividade. Este é o ápice da aplicação da IS, em que são obtidos relatos detalhados da prática docente em prisão. Assim sendo, nesse momento dialógico, cumpre ao mediador problematizar e questionar os relatos do docente-instrutor, incentivando a reflexividade do professor, de forma que ele tome a si e ao seu trabalho como objetos de examinações diligentes. A narração do trabalho é registrada em áudio pelo mediador com o consentimento do participante. Nesta fase, a mediação deve mover-se para apoiar o professor voluntário na explicitação das facilidades, dificuldades, impasses, contradições, sentimentos, afetos, interferências, conflitos, amputações ou reduções dos gestos laborais, incoerências, aspectos potencializadores e dificultadores da atividade laboral em toda a sua extensão, contemplando pares docentes, alunos, meio institucional, entre outras coisas mais.

Logo, a partir da concretude rotineira do trabalho, devem-se abordar questões estruturais, técnicas, afetivas e relacionais da docência em prisão: como é lecionar em escola inserida em prisões; como é a relação entre professor-aluno; como é estar no meio prisional; qual o propósito de sua ação; como prepara e organiza sua aula; o que espera dos alunos; como lida com a lógica carcerária e etc. Com isso, o docente voluntário traz para a consciência elementos da sua ocupação que antes passavam por despercebidos e, pode, assim, refletir e repensar sobre eles, identificando e, porventura, se desembaraçando de limitações impostas pela naturalização dos fatos históricos, sociais, culturais e conjunturais. Para tanto, o mediador adota a postura de resistência e confrontação incessantes aos relatos de como o professor voluntário realiza sua prática, no intuito de provocar e problematizar o modo de realização do trabalho adotado pelo professor, conduzindo a processos reflexivos de visitação, revisão, avaliação qualitativa do trabalho individual e coletivo, com vistas à abertura de processos contumazes de constante investigação, questionamento e reconfiguração da atividade de trabalho.

Fase 4 – Atividade conversacional entre o mediador e o professor voluntário. Ao final da sessão de IS, o mediador indaga ao professor voluntário como foi passar por essa experiência de converter sua ação laboral em linguagem, quais os sentimentos despertados, se foi possível visualizar outras formas de executar seu trabalho e refletir sobre sua prática. Além disso, levanta-se o questionamento ao professor voluntário se ele conseguiu tomar consciência de diferentes modos de agir em seu trabalho e as razões pelas quais ele o realiza de certa maneira e não de outra, tencionando, assim para a ampliação do poder de agir desse professor.

Fase 5 – Transcrição e decifração do registro. Esta etapa consiste na realização da transcrição integral ou parcial da sessão de IS que foi gravada em áudio, a qual pode ser realizada tanto pelo mediador quanto pelo professor voluntário. E, a decifração do registro se concentra na leitura reflexiva feita pelo professor voluntário do material transcrito de modo a, nessa circunstância, ele se defrontar com o seu trabalho no formato escrito, podendo avaliar, repensar e reconfigurar sua atividade. Nesta fase, também são realizadas reuniões conjuntas entre o mediador e os distintos docentes que participaram da IS propriamente dita. O que se espera é produzir uma primeira movimentação grupal exploratória dos achados obtidos nos estágios anteriores de aplicação do dispositivo.

Fase 6 – Restituição ao coletivo de professores que atuam em prisão. Esta é a última etapa da IS, sendo aquela que assume caráter mais explicitamente formativo e potencialmente transformador. Ela é voltada para a restituição ao coletivo de professores dos achados dos voluntários que realizaram a IS (fases 4 e 5) e do mediador. Assim, os voluntários que realizaram a IS ampliam e aprofundam a socialização dos achados com seus pares, em encontros programados, abordando como foram percebidas as experiências, quais as reflexões e reconfigurações do labor emergiram, como também os sentidos, significados e considerações atribuídas à prática. A formação dos profissionais ocorre justamente pelo compartilhamento de saberes, conhecimentos, práticas, experiências, sensações, afetos e pensamentos sobre o trabalho de modo a enriquecer a atuação individual pelo

vislumbramento de diferentes estilos pessoais. Ainda, as duplas selecionam e preparam coerentemente os saberes produzidos até o momento para que sejam conduzidos e submetidos à apreciação e debate pelo coletivo profissional ampliado.

Logo depois, são programadas e realizadas tantas reuniões quantas forem necessárias com todo o grupo de professores, nas quais os voluntários das etapas anteriores apresentam os seus achados. De agora em diante, o coletivo comparece apoiando o processo construção de referências e saberes úteis para o planejamento e implementação de (re)configurações e transformações da atividade de trabalho coletiva e do agir profissional individual, estágio indispensável para revigorar o gênero profissional.

Nessa fase final, pelo diálogo estabelecido entre os professores que lecionam no meio carcerário, é possível identificar os problemas e dificuldades que são comuns a todos e discutir sobre possíveis estratégias de enfrentamento, como, por exemplo, a qualidade dos processos educativos em meio prisional e a necessidade de garantir o acesso a materiais escolares sintonizados com as experiências e vivências do corpo discente. Além disso, também se viabiliza a oportunidade de afinar, sintonizar e integrar os conteúdos das disciplinas a fim de programar os saberes mais coerentes com a demanda dos alunos e mais significativos para a experiência de vida deles.

Portanto, a aplicação da IS parte, inicialmente, do coletivo dos professores em prisão, em segundo momento, seleciona dois ou mais voluntários para detalhamento da atividade laboral, e, ao final, retorna ao grupo maior para restituir às análises, saberes e reflexões sobre o trabalho, fortalecendo o gênero profissional. Conseqüentemente, o emprego da IS pode favorecer o processo de revitalização da categoria docente, a qual por sua vez passa a traçar estratégias e ações comuns que venham atender demandas do coletivo e promover transformações.

Em suma, a IS é um procedimento metodológico alongado que preza por sucessivas e diversas aproximações e abordagens do trabalho, que possuem o intuito de desnaturalizar e estimular a constante crítica e revisão das ações laborais, vislumbrar outros modos de agir de maneira a ampliar e potencializar a prática dos professores em prisão a partir de saberes e experiências socializadas e coletivizadas.

5. Considerações finais

A instrução ao sócia, particularizada como dispositivo metodológico dialético, materialista e histórico, e aplicada à concretude de professores que atuam em contexto prisional, objetiva apoiar equipes ou coletivos de docentes na construção de movimentações orientadas para a produção de saberes, compreensão e transmutação do trabalho, em conformidade com os princípios marxianos e engelsianos, em sua unidade contraditória, isto é, não o tomar isoladamente, mas inserido numa totalidade concreta e situada.

Este dispositivo, no caminho da dialética marxiana, tenciona a socialização entre os pares de trabalho das estilizações pessoais, dos modos de agir individuais e da atividade grupal, para resguardar a plasticidade, a fluidez e a liberdade do movimento humano em situação ocupacional, a fim de tornar o trabalho e os processos de desenvolvimento individual e da

coletividade objetos de reflexividade, crítica permanente, produção de movimentações, transmutações e de potencialização da vida, desde que exista acordo entre os trabalhadores. Ainda, espera-se incidir sobre o trabalhador como ser social, compreendido em sua concretude, historicidade e movimentações dialéticas perante o capitalismo brasileiro.

Assim, ambiciona-se que a metodização do dispositivo registrada possa subsidiar processos subsecutivos de análise, produção de saberes e metamorfose da atividade de docentes que atuam em prisões, e que revele a sua validade na concretude do exercício laboral e da instalação de atividades linguageiras ensejadas pela dinâmica do sócia e da confrontação com a dialogia, polifonia e (re)configuração do trabalho pelo coletivo de professores.

Por conseguinte, de acordo da psicologia sócio-histórica, as sucessivas transformações quantitativas, viabilizadas pela aplicação da IS, são preliminares de transformações qualitativas, de maior amplitude, o que corresponde a dizer que modificações em práticas individuais e num determinado grupo de profissionais, podem conduzir a um movimento mais abrangente, como por exemplo, de mudanças efetivas na educação em prisões e até mesmo no formato prisional, tendo metamorfose mais expressiva na sociedade.

Referências

ALMEIDA, Leonardo Pinto. Para uma caracterização da Psicologia Social Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, número especial, p. 124-137, 2012.

BATISTA, Matilde; RABELO, Laís. Imagine que eu sou seu sócia: aspectos técnicos de um método em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2013.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte, MG: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Yves. **A Formação pela Análise do Trabalho**: por uma terceira via em maneiras de agir, maneiras de pensar em formação. Trad. Claudia Osorio da Silva, Kátia Santorum e Suyanna Barker. Paris: CNAM, 2000.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro** - a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt. Trad. J. A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ERCOLANO, Ruchelli Stanzani; PEREZ, Deivis. Relatório da pesquisa: **O dispositivo metodológico e interventivo instrução ao sócia**: exame das suas aplicações em teses e dissertações brasileiras (documento de circulação interna). Iniciação Científica, FCL – UNESP/Assis, 2015.

ERCOLANO, Ruchelli Stanzani. Entre grades: o trabalho do professor na prisão. 2019. 211 f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, número especial, p. 51-64, 2010.

PEREZ, D.; ERCOLANO, R. S. *Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão.*

Dossiê: Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos.

FONSECA, João. **Saber é poder?** A psicologia do trabalho e os modos operatórios de educadores de educação profissional em cursos livres, 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1961/1974.

KONDER, Leandro. **Filosofia e Educação:** de Sócrates a Habermas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2006. 116 p. (Coleção Fundamentos da Educação).

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1977/2009. 184 p.

LANE, Silvia; BOCK, Ana. Abrapso – uma história da Psicologia Social enquanto práxis. In: A. M. Jacó, Vilela, M. L. Rocha, D. Mancebo (Orgs.), **Psicologia Social:** relatos na América Latina. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 145-155.

MARX, Karl. **Os despossuídos:** debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Trad. Nélio Schneider, Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1842/2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1845-6/2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 1848/2005.

ONOFRE, Elenice. A prisão: instituição educativa? **Cadernos CEDES**, v. 36, n. 98 p. 43-59, jan./abr. 2016.

ONOFRE, Elenice. A escola na prisão: caminhos e ousadias na formação de professores. **Trabalho & Educação**, v. 26, n. 1, p. 169-181, jan./abr. 2017.

ONOFRE, Elenice; MENOTTI, Camila. Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas. **Formação Docente**, v. 09, n. 15, p. 149-162, ago./dez. 2016.

PEREZ, Deivis; MESSIAS, Carla. A autoconfrontação e seus usos no campo da linguística aplicada ao estudo do trabalho do professor. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 92-112, jan./jun. 2013.

PEREZ, Deivis; ERCOLANO, Ruchelli Stanzani. Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana. In: TAMBORIL, M. I. B.; LIMA, M. L.; NEVES, A. L. M. (Orgs.). **Psicologia Social na Amazônia:** reticulando potencialidades e desafios. Porto Alegre: ABRAPSO, 2019, p. 57-72.

PEREZ, Deivis; ERCOLANO, Ruchelli Stanzani; ROCHA, Luiz Carlos. Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação

PEREZ, D.; ERCOLANO, R. S. *Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão*.

Dossiê: Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos.

social. In: PEREZ, D.; SILVA, E. P.; SIMÕES, M. C. D. (Orgs.). **Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017, p. 172-182.

SÃO PAULO. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria da Administração Penitenciária, 2015-2016. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/983.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na Educação Escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Trad. João Batista Kreuch. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

TOMÁS, Jean-Luc. Desenvolvimento da experiência e desenvolvimento dos conceitos: da atividade sindical à produção de um referencial da atividade. Trad. Raquel Soares. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 13, p. 49-63, set./dez. 2010.

VIGOTSKI, Lev. O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In: VIGOTSKI, Lev. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1927/1996, p. 203-417.

Contribuição dos autores

Autor 1: Contribuição substancial para a concepção e análise, interpretação dos dados e revisão final.

Autor 2: Contribuição substancial para a concepção e análise, interpretação dos dados e revisão final.

Enviado em: 15/agosto/2020 | Aprovado em: 27/janeiro/2021